

NOVO ATLAS DO AMAZONAS

Geografia sem mistérios

Audimar Arruda/AC

ZONEAMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO REALIZADO PELO GOVERNO RESULTA NO MAIS COMPLETO DIAGNÓSTICO SOBRE AS POTENCIALIDADES DO ESTADO

O estudo da geografia do Amazonas começa a ganhar um novo capítulo. Dentro de poucos dias será lançada a primeira parte do Atlas do Estado. Resultado do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE), é o maior e mais complexo levantamento geográfico realizado na história do Amazonas, conforme divulgou a Agência de Comunicação do Governo Estadual (Agecom). Um instrumento de gestão territorial destinado a subsidiar qualquer tomada de decisão política voltada para o desenvolvimento econômico sustentável do Estado. O ZEE é um trabalho multiinstitucional, coordenado pelo Governo do Estado, por intermédio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). A primeira parte do zoneamento, referente à porção sul-sudeste, está concluída. É uma sequência de passos metodológicos que envolvem diagnósticos sobre o meio físico e biótico (solo, relevo, subsolo, água, flora, fauna e clima), além de levantamentos sócio-econômicos e jurídico-institucionais. Um estudo que concilia a descoberta do potencial econômico com a preocupação ambiental.

Durante três anos, profissionais de 20 instituições da esfera estadual, municipal e federal fizeram um estudo minucioso sobre as potencialidades e fragilidades da porção sul-sudeste do Amazonas. Uma área de 187,5 mil quilômetros quadrados, que abrange os municípios de Humaitá, Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã. É a parte sob maior pressão do avanço da fronteira agrícola vinda do norte do Mato Grosso e Rondônia, onde



RAIOS X Todos os elementos que compõem o meio ambiente foram analisados e diagnosticados pelos profissionais das instituições conveniadas

também está localizado o maior assentamento do Estado, além do significativo cultivo de soja e arroz em grande escala.

De tão complexo, seria impossível mensurar quantos profissionais foram envolvidos nos três anos de estudos que custaram cerca

de R\$ 3 milhões, observa o coordenador do ZEE, o geólogo e professor da Universidade do Amazonas (UA), Albertino de Souza Carvalho. "O Governo do Estado, via Ipaam, firmou convênios com diferentes instituições para realizar levantamentos e

diagnósticos em cada área, portanto, caberia a elas dizer quantos profissionais participaram da pesquisa", observa Carvalho, que é doutor em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento pela Universidade de Brasília (UnB). Metade dos recursos vieram dos

cofres estaduais. Outra parte foi financiada pelo Grupo dos Sete Países Mais Ricos do Mundo (G-7), via Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7); por meio do Subprograma de Recursos Naturais (SPRN), coordenado pelo Ministério do

Meio Ambiente (MMA).

Contextualizado dentro de dois instrumentos legais - o Plano Ambiental do Estado do Amazonas (Paea) e o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) - o ZEE da porção sul-sudeste é pioneiro no Amazonas.

Prioridade tem motivo

A escolha da porção sul-sudeste do Amazonas não foi em vão. É uma zona de limít com os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde a intensidade e velocidade das atividades agrícolas estão em franco crescimento. O avanço e expansão das práticas de agropecuária sobre os campos naturais da região de Humaitá, Lábrea e Boca do Acre e a localização dos maiores assentamentos do Estado também foram levados em conta.

Do ponto de vista geográfico, a região sul-sudeste é uma área onde ocorrem grandes manchas de serrados naturais, composta de ecossistemas frágeis com índice pluviométrico muito alto, solos pobres em nutrientes e pouca drenagem. Significa que todo e qualquer grande empreendimento planejado para o local tem de ser discutido com critérios científicos. E esta é justamente a função do ZEE. Um instrumento de gestão territorial, que visa, sobretudo, conciliar desenvolvimento com a preocupação ambiental. "Pensamos em priorizar esta área justamente para, quando essas fronteiras se expandirem em nossa direção, termos subsídios para orientar o desenvolvimento agrícola. Com o zoneamento fica fácil prevenir e evitar estragos como os ocorridos em Rondônia, Pará e Mato Grosso", explica o governador Amazonino Mendes, cujo maior lema, hoje, é o desenvolvimento compatibilizado com a ecologia.

"Não é à toa que o Estado do Amazonas possui hoje mais de 98% de sua cobertura vegetal intacta", observa o presidente do Ipaam, Estevão Monteiro de Paula. Nos últimos anos, segundo ele, o Amazonas foi o Estado da Amazônia com o menor índice de desmatamento. Nesse contexto, o ZEE surge como mais um aliado no uso racional de sua maior riqueza, que são os recursos naturais.

O próximo passo já foi dado para a continuação do trabalho, que avança em direção ao extremo sul do Estado, onde estão localizados os municípios de Lábrea, Boca do Acre e Canutama. Em princípio, foram disponibilizados R\$ 1,4 milhão para a nova empreitada, que deve ser concluída até o final deste ano. Em 2003, a área estudada será o nordeste do Amazonas, que inclui Presidente Figueiredo e Manaus.

RIQUEZA E PRECISÃO DE DADOS

Relato minucioso é o grande diferencial

Os Estados do Acre e Maranhão fizeram seus zoneamentos, em áreas prioritárias, mas nenhum deles da forma detalhada como está sendo feito no Amazonas. O ZEE amazonense obedece à escala de 1: 100.000 (lê-se escala de um centímetro para 100 mil metros, o que significa que cada centímetro no mapa equivale a mil metros ou um quilômetro de área estudada), e na escala 1: 250.000 (cada centímetro equivale a 2,5 quilômetros estudados). No Acre e Maranhão foi usada a escala 1: 1.000.000, ou seja cada centímetro no mapa equivale a uma escala de 10 mil metros ou 10 quilômetros. "Nosso estudo foi muito mais detalhado, portanto mais rico e mais preciso de dados", reforça Albertino Carvalho.

Vale ainda ressaltar as dimensões territoriais, que no Amazonas ultrapassam os 1,5 milhões de quilômetros quadrados. O Acre, por exemplo, possui uma área territorial aproximada de 175 mil quilômetros quadrados, menor que a parte sul-sudeste estudada no Amazonas, que ultrapassa os 187 mil quilômetros quadrados. O estudo envolveu desde lideranças rurais, ONGs e prefeituras municipais a instituições como a Universidade Federal do Amazonas (UA), Instituto Nacional dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Tecnologia do Amazonas (Utam), Unidades do Embrapa - CPATU/Belém e CNPS/Rio de Janeiro - CPRM (Serviço Geológico do Brasil/Sureg/Manaus), entre outras. Cada instituição atuou em sua área. A equipe do Utam, por exemplo, trabalhou com inventário do potencial madeireiro e estimativa de



APTIDÃO AGRÍCOLA Característico da região, o guaraná teve simulação matemática sobre o seu cultivo

biomassa. Os diagnósticos sobre o potencial mineral, geologia regional, geomorfologia e unidades de paisagem foram feitos pela equipe da CPRM - Superintendência de Manaus. A área possui potencial mineral para argila de uso cerâmico, metais básicos, como chumbo, zinco, além de depósitos de calcário para uso como corretivo agrícola, e uma série de outras reservas, que, dependendo da variação do mercado internacional, poderiam ser explorados comercialmente. A Embrapa realizou os levantamentos de tipos de solos, aptidão agrícola, cobertura vegetal e apresentou algumas simulações matemáticas

sobre o cultivo de algumas espécies: guaraná, pimenta do reino e soja. Um outro levantamento mostra as áreas de proteção ambiental já existentes, tanto na escala municipal quanto na estadual e federal, e outras áreas descobertas e indicadas como novas reservas pelas populações tradicionais e a comunidade científica. "Até então, não se conhecia aquela área, não havia cartografia. O ZEE surge como um dos instrumentos de gestão territorial, capaz de subsidiar e orientar a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Estado", afirma Albertino Carvalho.

Segundo ele, o Atlas vai ser disponibilizado para as escolas. O mais importante é que, além de apontar potencialidades econômicas, os diagnósticos servem para nortear as políticas de gestão ambiental para a proteção dos ecossistemas identificados. O Ipaam, gestor da questão ambiental na esfera estadual, já se valeu dos diagnósticos concluídos para tomar decisões importantes. Até vetar empreendimentos propostos para a região, que poderiam ter resultados desastrosos. Recentemente, o órgão embargou, em conjunto com o Ibama, a abertura de uma estrada que ligaria o município

de Apuí ao norte do Mato Grosso (região de Colniza). A estrada cortaria uma área de floresta virgem e não possuía os instrumentos legais para a sua execução. Da mesma forma, foi proibida a instalação de um assentamento, que estava sendo proposto para a região de Novo Aripuanã, ao longo da estrada que liga a sede deste município à sede de Apuí. Um grupo privado tinha por objetivo assentar famílias de agricultores numa área que estava sendo reservada para produção agrícola. A questão é que a área pertencia ao Governo do Estado, que não havia dado autorização para o assentamento.